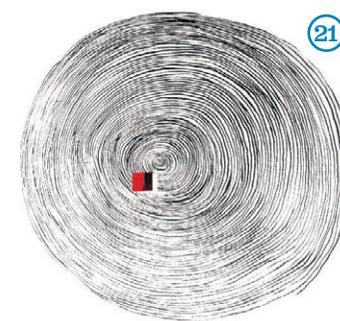


/// CÍRCULO DE ESTUDOS DO CENTRALISMO O INTERIOR



AS OPINIÕES NÃO VINCULAM O CÍRCULO

ASSOCIADO CONVIDADO



POR

José A. da Silva Peneda
Economista, membro do Movimento pelo Interior 2018

A regionalização é decisiva para o desenvolvimento do Interior

“As nossas propostas de 2018 foram muito bem saudadas mas muito mal acolhidas pelo centralismo. Faltou-nos o abraço, o poder, o impulso, a legitimidade, das regiões constitucionais.”

O tema da regionalização é polémico. A principal razão de ser dessa polémica é porque se trata de um assunto que tem essencialmente a ver com distribuição de poder. O que está em causa é a possibilidade de transferir poder do centro para a periferia e, nesse processo, há quem perca e quem ganhe.

A regionalização é assim um processo essencialmente de natureza política, na medida em que dá lugar à criação de instituições autónomas, com uma individualidade e com competências próprias a invocar frente ao Estado.

A questão da transferência de poder do centro para a periferia, no nosso país, tem a sua história. Já no século XIX Alexandre Herculano via a centralização como sinónimo de tirania e propôs uma solução apoiada nos municípios. Herculano definia um princípio que, na segunda metade do século XX, viria a ser adotado pela Igreja Católica e pela União Europeia nas suas formas de governo, a que se passou a chamar princípio da subsidiariedade.

A cultura dominante da classe política do nosso país, centralizada em Lisboa, é conservadora e desconfia das capacidades dos que vivem fora da capital. Os argumentos utilizados para rejeitar a regionalização são

todos de carácter defensivo, invocando o enorme despesismo que daí resultaria, o descontrolo das finanças públicas, o aumento de número de cargos políticos, de “tachos” e de corrupção.

No sentido de rebater esse espírito de desconfiança sobre uma periferia que dizem que só quer gastar, defendendo a adoção do princípio segundo o qual, com regionalização, a despesa pública do país, no seu todo e a prazo, não poderia aumentar comparativamente à situação sem regionalização. Acresce ainda que será sempre possível impor regras sobre a limitação de défices e dívidas, sobre despesas correntes e de investimento.

Quanto ao argumento de que a regionalização vai provocar o aumento do número de cargos políticos, da corrupção e de teias burocráticas, direi que esses receios só podem ter algum fundamento se a atribuição de competências para o nível regional não for clara, regrada e regulada. Uma regionalização bem feita pressupõe que fique muito claro quem decide e o quê, quem regula e o quê.

A regionalização se bem concebida e melhor executada corresponderia a uma profunda reforma do Estado e da administração pública. E pode ser o principal motor que provoque a diminuição das fortes assimetrias regionais e aproxime mais o Litoral do Interior. É aqui que “a porca torce o rabo”. Primeiro, porque o Estado não mostra capacidade de se adaptar à realidade do nosso tempo. No aparelho de Estado não existe um verdadeiro espírito reformador. Segundo, a classe política pertence, na sua grande maioria, a partidos políticos que são geridos de uma forma centralizada e apresentam-se cada vez mais fechados sobre si mesmos. Os conservadores estão, em larga maioria, nas cúpulas dos partidos políticos, que funcionam na base do controlo vertical das fidelidades ao “chefe”. Se o poder dos que estão em cima for pressentido como ameaçado, esse ambiente não encoraja o surgimento de grandes reformas. É esta a verdadeira causa que explica que as normas constitucionais referentes à regionalização, consagradas há quase 50 anos, continuam por cumprir.

Há quem diga que o poder nunca foi oferecido. Conquista-se, pela força ou pela capacidade argumentativa. De qualquer modo tem sempre de estar presente um desejo de mudança, um espírito de reforma.

Porque não vejo nem pressinto que abunde no país uma cultura reformadora, é que o grande Interior vai continuar a ser despovoado, a definhar e sem vislumbre de uma esperança que só poderá surgir se for associada a uma rotura no modo de administrar a coisa pública. É aqui que a regionalização faz todo o sentido.



RELATÓRIO FINAL

Maio de 2018.